



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Direito
Processo Civil e as Transformações Sociais e Econômicas

Código: FDD 344443

Horário: 3ª. – das 19h às 22h

Contato professora: farranha@unb.br & danielamoraes@unb.br

Profa. Dra. Ana Claudia Farranha

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes

Ementa

Instituições de Justiça. Reforma Institucionais e Processuais. Contexto Jurídico Político. Alterações Processuais. Desafios atuais.

Objetivo da disciplina

Essa disciplina busca discutir com os alunos e as alunas como transformações jurídico-políticas e institucionais vão impactar na prática processual.

Procura-se fugir de discussões doutrinárias e investir numa compreensão política do processo, apontam elementos que possam auxiliar em suas pesquisas e atuação profissional.

Escolheu-se alguns momentos da história política brasileira recente, como forma de refletir sobre que instrumentos elas foram capazes de produzir.

A literatura mescla textos de juristas com a produção recente no campo da Ciência Política e dos estudos sobre Justiça, no Brasil.

Temas/Unidades a serem analisados

- a) Instituições Judiciais
- b) Reforma Institucionais, Processuais e Regimentais
- c) Participação
- d) Acesso à Justiça e desafios contemporâneos
- e) Dimensões do reconhecimento, da diversidade e combate ao racismo estrutural
- f) Corte Interamericana e aspectos processuais

Metodologia:

O curso será oferecido de forma presencial, com apoio para exercícios e demais comunicações na Plataforma Microsoft Teams (código de acesso: **7u3rybg**). Do ponto de vista metodológico, o curso se estrutura a partir do princípio de que os/as discentes organizarão os conteúdos com uma atitude proativa com auxílio das professoras.

Técnicas de ensino-aprendizagem

O curso se organizará a partir dos temas destacados acima e organizados em:

- a) Leituras de textos obrigatórios
- b) Textos indicados – principalmente artigos de jornal que fornecerão a base para as discussões das temáticas debatidas em sala de aula
- c) Participação de convidados.
- d) Elaboração de questões por grupos e condução de discussões para complementar o entendimento

Material didático

Cada unidade se organiza a partir de um conjunto de materiais que engloba vídeos/lives (já realizadas sobre o tema), textos, conversas com as professoras, textos subsídios para os casos a serem analisados e demais materiais didáticos e avaliação.

Indicamos a bibliografia básica que se encontra disponível na internet e uma vasta lista de referências bibliográficas que podem ser utilizadas por aqueles que desejarem um aprofundamento.

Avaliação

A avaliação da disciplina será composta da seguinte maneira

A turma será dividida em quatro grupos de no máximo 04 pessoas.

- a) Na sequência cada grupo escolherá um tema dos quatro primeiros temas a serem discutidos em sala de aula: (Instituições Judiciais, Reforma Institucionais, Processuais e Regimentais, Acesso à Justiça, Participação, Dimensões do Reconhecimento, da diversidade)
- b) Cada tema será trabalho com base em um caso ofertado pelas professoras, cabendo ao grupo correlacionar o tema da aula anterior com o caso e elaborar perguntas (diferentes para os grupos responderem)
- c) Na aula designada para essas dinâmicas, o grupo responsável pela síntese e correlação terá de 30 a 40 minutos para apresentar o tema. As questões serão
- d) distribuídas e os grupo responderão as questões.

As notas ficarão assim distribuídas:

Nota 1: Grupo 1 faz a síntese do tema à luz de um caso apresentado pelas professoras. Faz as perguntas e orienta a discussão com os grupos (Instituições Jurídicas – apresentação 06/12 – Valor: 2,5 pontos. Lembrem-se que tem que entregar as questões escritas dos outros grupos, pois se não houver a entrega descontaremos 0,5 pontos do grupo)

Nota 2: Grupo 2 (Reformas Institucionais e Processuais – apresentação 10/01 – Valor 2,5 pontos)

Nota 3: Grupo 3 (Participação Política – apresentação 24/01 – Valor 2,5 pontos)

Nota 4: respostas da aula relativa ao dia 03/01 + resposta da aula de 07/02 (a cada avaliação, nesse caso, vale 1,25 ponto . Individual)

Calendário

MESTRADO PROFISSIONAL – 4ª (19h / 22h40)		
1. 22/11	Aula inicial – apresentação da disciplina	Profas. Ana e Daniela responsáveis e dinâmicas
2. 29/11	<p>Instituições Jurídicas</p> <p>KOERNER, Andrei. Sociologia Política das Instituições Judiciais no Brasil. Disponível em https://jota.info/colunas/judiciario-e-sociedade/sociologia-politica-das-instituicoes-judiciais-no-brasil-16122016</p> <p>COSTA, Alexandre Araújo. Judiciário e interpretação: entre Direito e Política. Pensar-Revista de Ciências Jurídicas, v. 18, n. 1, p. 9-46, 2013.</p> <p>ENGELMANN, Fabiano. Para uma sociologia política das instituições judiciais. Sociologia política das instituições judiciais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 17-38, 2017. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/171485/001026707.pdf?sequence=1</p> <p>JSA Bento, LD Ros, BA Londero. Condenando políticos corruptos? Análise quantitativa dos julgamentos de prefeitos municipais pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. <i>Civitas-Revista de Ciências Sociais</i> 20, 348-376. Disponível em : https://www.scielo.br/j/civitas/a/P7KxmZRsmBznY6PRzBRQNXm/?lang=pt&format=html</p> <p>Video do Canal “Fora da Política Não há Salvação: https://www.youtube.com/watch?v=eSzcYwIpuTE&list=PL4o9M4jXq89ao0UTT0TXE1orEJ6fD0-Nm&index=16&ab_channel=ForadaPol%C3%ADticaN%C3%A3oh%C3%A1Salva%C3%A7%C3%A3o</p>	ACF – exposição dialogada
3. 06/12	<p>Instituições Jurídicas</p> <p>Alunos - apresentação da questão</p> <p>Tema a ser relacionado: Decisão Caso Paulo Castro</p>	Apresentação Grupo 1
4. 13/12	<p>Reformas Institucionais, Processuais e Regimentais</p> <p>MORAES, Daniela Marques de. A importância do olhar do outro para a democratização do acesso à justiça. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. pp. 147-214. (cap. 3 O poder judiciário e sua imprescindível reforma como corolários do acesso à justiça)</p>	DMM
5. 20/12		

	<p>Reformas Institucionais, Processuais e Regimentais</p> <p>BARROS, Flaviane de Magalhães; NUNES, Dierle José. Estudo sobre o movimento de reformas processuais macroestruturais: a necessidade de adequação ao devido processo legislativo. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3482.pdf</p> <p>OLIVEIRA, Paulo Mendes de. O poder normativo dos tribunais: regimentos internos como fonte de normas processuais. Civil Procedure Review. vol. 11, nº 2, maio-ago. 2020. pp. 11-67.</p>	DMM
6. 03/01	<p>Acesso à Justiça e desafios contemporâneos. Atividade</p> <p>Filme: The Trial of Chicago (Os 7 de Chicago)</p> <p>Ver o filme e entregar questões</p>	DMM Atividade na Plataforma Teams Entrega valendo a nota 5 (1 ponto)
7. 10/01	<p>Reformas Institucionais, Processuais e Regimentais</p> <p>Comentário dos textos e análise das questões</p> <p>Caso:</p>	Apresentação grupo 2
8. 17/01	<p>Participação</p> <p>Midlej e Silva, Suylan. Participation in Public Policy. A. Farazmand (ed.), Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance, https://doi.org/10.1007/978-3-319-31816-5_3767-1</p> <p>ESCRIVÃO FILHO, Antonio Sergio. Participação social no Judiciário como instrumento para a democratização da justiça. http://www.jusdh.org.br/files/2013/01/participacao_social_no_judiciario_como_instrumento_para_a_democratizacao_da_justica_antonio_escriv_ao_2010.pdf, 2010.</p> <p>O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. Revista Lua Nova nº 44-98. pp. 27-54.</p> <p>TEMER, Sofia. Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: JusPodivm, 2020. pp. 89-130. (cap. 2 – Vetores para um novo modelo de participação no processo)</p>	Ana Claudia Farranha e Daniela Moares – exposição dialogada
9. 24/01	<p>Participação</p> <p>3o. caso</p> <p>As lições aprendidas para a participação no caso da ANS</p>	Apresentação grupo 3
10. 31/01	Corte Interamericana	Convidada Mayra Andrade (PUC/Minas)

11. 07/02	<p>Reconhecimento e Diversidade</p> <p>Disponível Reconhecimento e Diversidade (a Experiencia da Comissão de Juristas Negros e Negras na Câmara Federal) COMISSÃO DE JURISTAS DESTINADA A AVALIAR E PROPOR ESTRATÉGIAS NORMATIVAS COM VISTAS AO APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO DE COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL NO PAÍS (RELATÓRIO FINAL). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww2.camara.leg.br%2Fatividade-legislativa%2Fcomissoes%2Fgrupos-de-trabalho%2F56a-legislatura%2Fcomissao-de-juristas-combate-ao-racismo-no-brasil%2Fdocumentos%2Foutros-documentos%2Frelatorio-final&clen=4178216&chunk=true (Preâmbulo, Introdução, p.28-33; p. 109-124; p. 152-172; p. 269-308; p. 362-406; p. 530573)</p> <p>Questão: Quais os desafios colocados ao STJ frente a questão racial?</p>	ACF Exposição dialogada
12. 14/02	Finalização	Breve avaliação feita pela turma sobre o que fica, o que funcionou e o que é forte na disciplina. Mesa redonda com todos e todas nós

Indicações bibliográficas :

1. MARJORIE CORRÊA MARONA e ANDRÉS DEL RIO (org), Justiça no Brasil. **Às margens da Democracia**. Arraes Editores, Brasil, 2018
2. Siddharta Legale, **Temas de Direito Constitucional**, Editora Multifoco. Rio de Janeiro, 2017.
3. SOUSA, Adriano Corrêa de; LEGALE, Siddharta; SILVA, Carolina Machado Cyrillo da. **Constitucionalismo latino-americano: teoria, direitos humanos fundamentais, instituições e decisões**. Multifoco: Rio de Janeiro, 2020
4. OLIVEIRA, Vanessa. **Judicialização da Saúde**, Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019
5. FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe. **Onze supremos: o supremo em 2016**. FGV Direito Rio, 2017.
6. SARMENTO, Daniel (org). **Jurisdição Constitucional e Política**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.
7. GARGARELLA, Roberto. **Em nome da Constituição. O legado federalista dois séculos depois**. In: Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006. ISBN: 978-987-1183-47-0.
8. VIEIRA, Oscar Vilhena. **Que reforma?**. Revista Estudos Avançados 18 (51), 2004.
9. GARGARELLA, Roberto; COURTIS, Christian. El nuevo constitucionalismo latinoamericano: promesas e interrogantes. In: BALDI, César Augusto (org.). **Aprender**

- desde o Sul: Novas constitucionalidades, pluralismo jurídico e plurinacionalidade.** Belo Horizonte: Fórum, 2015.
10. _____. ¿Por qué estudiar el constitucionalismo popular en América Latina? In: ALTERIO, Ana Micaela; ORTEGA, Roberto Niembro (Orgs.). **Constitucionalismo Popular en Latinoamérica.** México: Editorial Porrúa, 2013.
 11. RODRÍGUEZ GARAVITO, César. O impacto do novo constitucionalismo: os efeitos dos casos sobre os direitos sociais na América Latina. In: BALDI, César Augusto (org.). **Aprender desde o Sul: Novas constitucionalidades, pluralismo jurídico e plurinacionalidade.** Belo Horizonte: Fórum, 2015.
 12. ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. **O Supremo Individual: mecanismos de influência direta dos Ministros sobre o processo político.** Direito, Estado e Sociedade (Impresso), v. 46, p. 121-155, 2015.
 13. _____. Editorial: **O Supremo na Política. A construção da supremacia judicial no Brasil.** Revista de Direito Administrativo, v. 250, p. 5-12, 2009.
 14. MENDES, Conrado Hübner. **Controle de Constitucionalidade e Democracia.** Campus Elsevier, 2008.
 15. VIEIRA, Oscar Vilhena. **Supremocracia.** Revista Direito GV, v. 4, p. 441-459, 2008.
 16. GODOY, Miguel Gualano de. As audiências públicas e os amici curiae influenciam as decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal? e por que isso deve(ria) importar?. **Revista da Faculdade de Direito - UFPR,** Curitiba, vol. 60, n. 3, set/dez., p. 137-159, 2014.
 17. **Canal Youtube: "Fora Da Política não há Salvação (Prof. Claudio Couto – FGV/SP) – episódios selecionados**
 18. ARANTES, Rogério Bastos; KERCHÉ, Fábio. Judiciário e democracia no Brasil. 1999.
 19. KOERNER, Andrei. Judiciário e moralização da política—três reflexões sobre as tendências recentes no Brasil. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas,** v. 18, n. 3, p. 681-711, 2014.
 20. BINENBOJM, Gustavo. **A Dimensão do Amicus Curiae no Processo Constitucional Brasileiro: Requisitos, poderes processuais e aplicabilidade no âmbito estadual.** Disponível em: <http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=126>.
 21. BARBOSA, Marco Antonio; PEREIRA, José Luiz Parra. CNJ: O Panorama de uma Década na Gestão do Judiciário Brasileiro. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado,** v. 16, n. 2, p. 375-399, 2016.
 22. DE MENEZES, Marilde Loiola. Justiça e democracia: personalismo, participação política e poder judiciário no Brasil. **Revista de Ciências Sociais: RCS,** v. 50, n. 2, p. 329-357, 2019.
 23. LIMA, Raimundo Márcio Ribeiro. **Participação administrativa processual na administração pública dialógica.** 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
 24. SILVA, Fábio de Sá. Santos, Boaventura de Sousa, Para uma revolução democrática da justiça. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** n. 78, p. 173-176, 2007.
 25. DE SA E SILVA, Fabio. From Car Wash to Bolsonaro: Law and Lawyers in Brazil's Illiberal Turn (2014–2018). **Journal of Law and Society,** v. 47, p. S90-S110, 2020.
 26. GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
 27. KOERNER, Andrei. Sociologia Política das Instituições Judiciais no Brasil. Disponível em <https://jota.info/colunas/judiciario-e-sociedade/sociologia-politica-das-instituicoes-judiciais-no-brasil-16122016>
 28. COSTA, Alexandre Araújo. Judiciário e interpretação: entre Direito e Política. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas,** v. 18, n. 1, p. 9-46, 2013.
 29. ENGELMANN, Fabiano. Para uma sociologia política das instituições judiciais. **Sociologia política das instituições judiciais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 17-38,** 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/171485/001026707.pdf?sequence=1>

30. Midlej e Silva, Suylan. **Participation in Public Policy**. A. Farazmand (ed.), Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance, https://doi.org/10.1007/978-3-319-31816-5_3767-1
31. TEIXEIRA, AC ALMEIDA, C. MORONI, J. (Org.) **A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas**. Marília: Lutas Anticapital, 2020. (cap. 1,2, 4,5, 6,7). Disponível em: <https://reformapolitica.org.br/2020/07/27/a-democracia-necessaria-e-desejada-dilemas-e-perspectivas>
32. FARRANHA, A.C.; DUARTE, E. C. P. ; QUEIROZ, M. V. L. . Racismo e Constituição: o caráter estrutural da opressão racial e suas consequências jurídicas. In: Thiago André Pierobom de Ávila. (Org.). **Acusações de racismo na capital da República : obra comemorativa dos 10 anos do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do MPDFT**. 1ed.Brasília: MPDFT, Procuradoria Geral de Justiça,, 2017, v. 1, p. 225-264. Disponível em: https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/nucleos/ned/Acusacoes_de_racismo_na_capital_da_Republica.pdf
33. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), “Afrodescendientes y la matriz de la desigualdad social en América Latina: retos para la inclusión”, Documentos de Proyectos (LC/PUB.2020/14), Santiago, 2020. (especialmente cap. 2) Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46191/4/S2000226_es.pdf
34. FONTAINHA, Fernando. Judiciário e crise política no Brasil hoje: do mensalão à Lava Jato. **Revista da Associação dos Antigos Alunos de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em:<http://www.revistaalumni.com.br/index.php/revistaalumni/article/view/3>
35. BARROS, Flaviane de Magalhães; NUNES, Dierle José. **Estudo sobre o movimento de reformas processuais macroestruturais: a necessidade de adequação ao devido processo legislativo**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3482.pdf>
36. MORAES, Daniela Marques de. **A importância do olhar do outro para a democratização do acesso à justiça**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
37. O’DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Revista Lua Nova nº 44-98. pp. 27-54.
38. TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: JusPodivm, 2020.
39. BONAVIDES, Paulo. **Anteprojeto do Código Brasileiro de Processo Constitucional**. (processo OAB-Federal)
40. BONAVIDES, Paulo; SARAIVA, Paulo Lopo. **Proposta: Código de Processo Constitucional**. Folha de São Paulo.
41. BONAVIDES, Paulo. O código brasileiro de processo constitucional. **Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado**. vol. 3, n. 1, jan.-jun. 2016. pp. 124-130.